



**Revista
Eletrônica
Acervo
Enfermagem**

ARTIGO DE REVISÃO

Recebido em: 6/2019

Aceito em: 7/2019

Publicado em: 7/2019

BENEFÍCIOS DA AMAMENTAÇÃO

DIEGO ANDREAZZI DUARTE¹

RESUMO

OBJETIVO Reconhecer a amamentação, bem como seus benefícios para o desenvolvimento do lactente e estabelecimento do afeto mãe e filho. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo de revisão bibliográfica, realizada por meio de base de dados de artigos da literatura científica. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, a amamentação é um fator de grande importância para o desenvolvimento do lactente, logo, conclui-se que as ações básicas de saúde são de grande valia como processo estimulante, requerendo estratégias direcionadas quanto à tomada de consciência da importância do aleitamento materno. Prevenindo assim, baixa resistência orgânica e, conseqüentemente, quadros infecciosos irreversíveis, ao qual o não aleitamento materno é apontado como uma das causas, com tudo diminuindo os índices de mortalidade infantil.

PALAVRA-CHAVE: Amamentação; benefícios; afeto mãe e filho.

1. INTRODUÇÃO

O alimento leite humano está presente desde o surgimento da raça humana, porém é ainda incompletamente conhecido nas suas várias especificidades, o que o mantém como objeto de pesquisa. Os estudos sobre seus componentes são recentes e os efeitos de sua falta para o ser humano constituem ainda motivo de muitas dúvidas. O processo

¹ PhD em Clínica Médica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

de amamentar é uma prática biologicamente determinada, porém socialmente condicionada. Este aspecto é evidente no histórico de amamentação, como descrito no presente artigo (PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT, 2000).

Durante os primeiros seis meses de vida, talvez seja necessário preconizar o aleitamento materno exclusivo no Brasil, para que muitas mães adquiram confiança na sua própria capacidade de amamentar (ANTUNES LS, ANTUNES LAA, CORVINO MPL e MAIA LC, 2008).

Pertencemos à Classe Mammalia, e a nossa principal característica é a total dependência alimentar que os recém-nascidos têm de suas mães, sendo que onde o aleitamento é sinônimo de sobrevivência, portanto, um direito inato (JALMEIDA JAG e NOVAK FR, 2004).

Além de ser o mais completo alimento para o bebê, o leite materno atua como agente imunizador, acalenta a criança no aspecto psicológico, tem a vantagem técnica por ser operacionalmente simples, é de baixo custo financeiro, protege a mulher contra câncer mamário e ovariano, auxilia na involução uterina, retarda a volta da fertilidade e otimiza a mulher em seu papel de mãe. Alertamos para que não se associe redução de câncer mamário com o fato de a mulher ter amamentado (LANA APB, LAMOUNIER JA e CÉSAR CC, 2004).

2. OBJETIVO

Reconhecer a amamentação, bem como seus benefícios para o desenvolvimento do lactente e estabelecimento do afeto mãe e filho.

3. MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo de revisão bibliográfica, realizada por meio de base de dados de artigos da literatura científica.

4. AMAMENTAÇÃO: BENEFÍCIOS E AFETOS ENVOLVIDOS

As questões relacionadas à prática da amamentação têm-se configurado objeto de interesse para diferentes atores e grupos sociais ao longo da história. Em todas as épocas, o ser humano foi levado a construir rotas alternativas para responder à demanda das mulheres que, por opção ou imposição, trilharam o caminho do desmame precoce. Desde a secular figura da ama-de-leite até a emblemática vanguarda científica construída

pelo *marketing* dos fabricantes de leites modificados, a alimentação do lactente tem servido a propósitos que não se circunscrevem exclusivamente às questões ligadas à saúde, denotando, em muitas situações, interesses relacionados à modulação de comportamento social e à oportunidade de auferir lucros de toda espécie (PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT, 2000).

Dados nacionais mostram que 96% das mulheres iniciam a amamentação, apenas 11% amamentam exclusivamente até 4 a 6 meses, 41% mantêm o aleitamento materno até 1 ano, e 14% até os 2 anos³, índices abaixo dos aconselhados pela Organização Mundial de Saúde, que são recomenda aleitamento exclusivo até 6 meses e aleitamento materno complementado até 2 anos, no mínimo (ANTUNES LS, ANTUNES LAA, CORVINO MPL e MAIA LC, 2008).

As propriedades nutricionais, imunológicas e fisiológicas do leite humano, os aspectos psicoafetivos que resultam da interação mãe-filho durante a amamentação e o aspecto econômico podem ser traduzidos em benefícios para a criança, a mãe, a família, a sociedade e o próprio Estado (PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT, 2000).

O ato de amamentação propicia o contato físico entre mãe e bebê, estimulando pele e sentidos. Se a amamentação é feita com amor e carinho, sem pressa, o bebê não só sente o conforto de ver suas necessidades satisfeitas, mas também sente o prazer de ser segurado pelos braços de sua mãe, de ouvir sua voz, sentir seu cheiro, perceber seus embalos e carícias. Logo, ao estabelecer esse vínculo entre mãe e filho, há compensação do vazio decorrente da separação repentina e bruta que ocorre pós-parto, corrigindo fantasias prematuras frustrantes que o parto possa lhe ter causado como abandono, agressão, ataque e fome (JALMEIDA JAG e NOVAK FR, 2004).

Os aspectos psicológicos do aleitamento materno estão relacionados ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo. As crianças que mamam no peito tendem a ser mais tranquilas e fáceis de socializar-se durante a infância. As experiências vivenciadas na primeira infância são extremamente importantes para determinar caráter do indivíduo quando adulto (LANA APB, LAMOUNIER JA e CÉSAR CC, 2004).

A sucção, deglutição e respiração, funções primárias do bebê, são desenvolvidas através de uma correta forma de amamentação, devendo constituir um sistema equilibrado⁷. Mamar não supre apenas a necessidade de alimentação, satisfazendo duas "fomes": a fome de se nutrir, de se sentir alimentado, como também a "fome" de sucção, que envolve componentes emocionais, psicológicos e orgânicos³. Essas duas "fomes"

devem estar em equilíbrio, caso contrário, a necessidade de sucção pode não ser alcançada, causando uma insatisfação emocional, e assim a criança buscará substitutos como dedo, chupeta, ou objetos, adquirindo hábitos deletérios (ANTUNES LS, ANTUNES LAA, CORVINO MPL e MAIA LC, 2008).

No ato de amamentar, a criança estimula um exercício físico contínuo que propicia o desenvolvimento da musculatura e ossatura bucal, proporcionando o desenvolvimento facial harmônico. Isso direciona o crescimento de estruturas importantes, como seio maxilar para respiração e fonação, desenvolvimento do tônus muscular, crescimento ântero-posterior dos ramos mandibulares, anulando o retrognatismo mandibular. Além disso, ele impede alterações no sistema estomatognático, a saber: prognatismo mandibular, musculatura labial superior hipotônica, musculatura labial inferior hipertônica, atresia de palato, interposição de língua e atresia do arco superior e evita maloclusões, como mordida aberta anterior, mordida cruzada posterior e aumento de sobressaliência (PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT, 2000).

A amamentação proporciona à criança uma respiração correta, mantendo uma boa relação entre as estruturas duras e moles do aparelho estomatognático e proporciona uma adequada postura de língua e vedamento de lábios. Além disso, associada ao mecanismo de sucção, desenvolve os órgãos fonoarticulatórios e a articulação dos sons das palavras, reduzindo a presença de maus hábitos orais e também de patologias fonoaudiológicas (JALMEIDA JAG e NOVAK FR, 2004).

O desenvolvimento da articulação temporomandibular (ATM) durante o período em que os dentes ainda não erupcionaram também está relacionado à amamentação. Essa articulação fica prejudicada se houver um menor esforço muscular para extrair alimento, como na amamentação artificial, causando uma anulação da excitação da ATM e da musculatura mastigatória do recém-nascido (LANA APB, LAMOUNIER JA e CÉSAR CC, 2004).

A mãe é considerada a principal fonte de microorganismos importantes para o estabelecimento da microbiota digestiva da flora do recém-nascido tanto no parto quanto na amamentação, através do colostro e do leite humano, que oferece condições nutricionais (fatores de crescimento) favoráveis para essa implantação. A fase de colonização é crítica, pois uma implantação anormal pode acarretar uma microbiota menos eficiente nas suas funções. Esse fato pode estar correlacionado à formação de fezes menos consistentes através do crescimento de microorganismos, como os

lactobacilos, que ajudam na digestibilidade de lipídeos e fermentam açúcar do leite materno no intestino, fato que vem impedir a instalação de outras bactérias que atuariam evitando diarreia e conseqüente desnutrição. As propriedades anti-infecciosas do colostro e do leite materno manifestam-se através dos componentes solúveis (IgA, IgM, IgG, IgD, IgE, lisozimas, lactobacilos e outras substâncias imunorreguladoras) e componentes celulares (macrófagos, linfócitos, granulócitos, neutrófilos e células epiteliais). As infecções comumente evitadas são: diarreia, pneumonia, bronquites, gripe, paralisia infantil, infecções urinárias, otite, infecção no trato intestinal. Além disto, a amamentação no primeiro ano de vida pode ser a estratégia mais exequível de redução da mortalidade pós-neonatal oriunda das infecções (PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT, 2000).

A amamentação, além de biologicamente determinada, é socioculturalmente condicionada, tratando-se, portanto, de um ato impregnado de ideologias e determinantes que resultam das condições concretas de vida. Por intermédio da análise compreensiva, sob a perspectiva do realismo histórico, torna-se possível evidenciar os condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que a transformaram em um ato regulável pela sociedade. Dependendo da realidade social a ser considerada, a ambigüidade amamentação/desmame pode traduzir-se como um embate entre saúde e doença, entendendo-se que esses processos se associam em todos os momentos a variáveis econômicas e sociais. A dinâmica dessas relações, no que concerne às questões estruturais, termina por configurar a amamentação como um dos atributos que caracterizam a maternidade como um bem social compartilhado (ANTUNES LS, ANTUNES LAA, CORVINO MPL e MAIA LC, 2008)

A preocupação com a reversão do desmame precoce figura há muito nas agendas de saúde pública. No Brasil, a partir de 1981, essa preocupação deu origem à definição da política estatal em favor da amamentação, materializada como Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM). O eixo que norteou o delineamento das ações do PNIAM se fundamentava em resgatar a prática da amamentação, concebida como nada mais do que um ato natural, instintivo, inato, biológico, próprio do binômio mãe-filho, em que a mãe, mamífera, detém a responsabilidade sobre a saúde de sua cria, reproduzindo na íntegra a concepção higienista de amamentação, construída pela medicina no século 19. O paradigma de amamentação adotado pelo PNIAM reduzia as questões relativas ao aleitamento materno à dimensão biológica e, ao tratar o paradoxo

do desmame, foi incapaz de admitir a assimetria entre os humanos e as demais espécies de mamíferos, insistindo que o ato de amamentar deveria ser considerado como instintivo, natural e biológico (LANA APB, LAMOUNIER JA e CÉSAR CC, 2004).

O sucesso na promoção do aleitamento materno advém do engajamento das autoridades públicas. O SUS, por exemplo, num esforço gerado para o controle da mortalidade infantil, tem registrado iniciativas em vários níveis de gestão⁵. Outros órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, também estão na luta para a promoção da amamentação⁶. Entretanto, ainda está longe de se alcançar a meta recomendada pela OMS, fato esse que deve reforçar o compromisso das unidades básicas de saúde na promoção do aleitamento materno (PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT, 2000).

5. CONCLUSÃO

Sendo assim, a amamentação é um fator de grande importância para o desenvolvimento do lactente, logo, conclui-se que as ações básicas de saúde são de grande valia como processo estimulante, requerendo estratégias direcionadas quanto à tomada de consciência da importância do aleitamento materno. Prevenindo assim, baixa resistência orgânica e, conseqüentemente, quadros infecciosos irreversíveis, ao qual o não aleitamento materno é apontado como uma das causas, com tudo diminuindo os índices de mortalidade infantil.

Sendo assim, este estudo nos proporcionou maior compreensão acerca do aleitamento materno e sua importância no processo de desenvolvimento do lactente, bem como o afeto mãe e filho envolvente.

REFERÊNCIA

1. PERENRIA GS, TAVARES LS e CARMO MGT. **Conhecimentos maternos sobre amamentação entre puérperas inscritas em programa de pré-natal.** Cad. Saúde Pública vol.16 n.2 Rio de Janeiro Apr./June 2000.
2. ANTUNES LS, ANTUNES LAA, CORVINO MPL e MAIA LC. **Amamentação natural como fonte de prevenção em saúde.** Ciênc. Saúde coletiva vol.13 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2008.

3. JALMEIDA JAG e NOVAK FR. **Amamentação: um híbrido natureza-cultura.** J. Pediatr. (Rio J.) vol.80 no.5 suppl. Porto Alegre Nov. 2004.
4. LANA APB, LAMOUNIER JA e CÉSAR CC. **Impacto de um programa para promoção da amamentação em um centro de saúde.** Jornal de Pediatria - Vol. 80, N°3, 2004.
5. ICHISATO SMT e SHIMO AKK. **REVISITANDO O DESMAME PRECOCE ATRAVÉS DE RECORTES DA HISTÓRIA.** Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.10 no.4 Ribeirão Preto July/aug. 2002.
6. Ministério da Saúde. **Recomendações técnicas para o funcionamento de bancos de leite humano.** 3ª ed. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde; 1998. 48p.